



Date: 12/04/2013

Relatório Nacional da ANS

“Todos têm o direito de resistir a qualquer ordem que ofenda os seus direitos, liberdades e garantias e de repelir pela força qualquer agressão, quando não seja possível recorrer à autoridade pública.”

(Artigo 21.º da Constituição da República Portuguesa)

Este artigo da Constituição da República Portuguesa não poderia ser mais adequado para descrever a contínua acção da ANS e dos Sargentos de Portugal ao longo dos últimos anos. Sozinha, em colaboração com as outras associações de militares, em eventos e acções com a sociedade civil, junto das instâncias oficiais do Governo (MDN e Primeiro-ministro) e das Chefias militares, da Assembleia da República, em acções de rua ou em sessões privadas. Todo este tipo de acções tem sido conduzido pela ANS com o propósito único de resistir ao ataque continuado à Família Militar que vem sendo conduzido desde 2005.

1. Atuais principais preocupações dos soldados do seu país

No último ano aquele ataque atingiu um novo patamar, agravando as condições de todos os portugueses e, por conseguinte, de todos os militares. Esta situação, considerando o juramento feito pelos militares de cumprir e fazer cumprir a Constituição da República Portuguesa, ao serviço do Povo Português, está a gerar um sentimento de profunda indignação, ao qual se junta o desespero de muitos camaradas por não conseguirem fazer face às despesas e às responsabilidades assumidas com a sua economia doméstica – estima-se que 20% dos militares e suas famílias estejam em situação de falência familiar.

O Orçamento de Estado de 2013 implementou as seguintes medidas:

- Lei da Programação Militar – redução de 45,71%;
- Manutenção das reduções remuneratórias entre 3,5% e 10% para vencimentos superiores a 1.500 €;
- Subsídio de Natal pago em duodécimos;



- Redução das pensões entre 3,5% e 10% para montantes entre 1.350€ e 3.750€, acrescido de 15% sobre 5.030€ e 7.546€ e de 40% a partir de 7.546€;
- Suspensão do pagamento do subsídio de férias total para os vencimentos superiores a 1.100€ e parcial para vencimentos entre os 600€ e os 1.100€;
- Suspensão do pagamento de 90% do subsídio de férias para os reformados cuja pensão seja superior a 1100€ e parcial para pensões entre os 600€ e os 1100€;

(Estas duas últimas medidas foram declaradas inconstitucionais na passada semana, estando o Governo a estudar quais a aplicabilidade de novas medidas que permitam compensar os 1.300M de Euros necessários para garantir o cumprimento dos objectivos do ajustamento financeiro imposto pela UE, pelo BCE e pelo FMI)

- O tempo de serviço prestado em 2013 não conta para efeitos progressão, e as promoções são congeladas, exceto as devidamente justificadas e que não impliquem aumento das despesas com pessoal e só após despacho conjunto do MEF/MDN.

2. Trabalho realizado ou tentado pela sua associação para abordar aquelas questões

É neste quadro que a ANS tem atuado no passado semestre. Por um lado sentindo as agruras duma política orçamental que ataca tudo e todos e que tem conduzido o país e o seu povo a um aumento da miséria, por outro, tentando resistir contra as medidas neoliberais tomadas no âmbito do acordo Governamental com o FMI, o BCE e a EU que afetam a Instituição Militar e os seus efetivos.

Assim, desde outubro de 2012, a ANS pautou a sua atividade por um conjunto vasto de iniciativas, onde se incluem

- Reuniões de trabalho com o Secretário de Estado da Defesa Nacional;
- Audiências com os Chefes de Estado-maior;
- Várias comemorações, sessões evocativas e debates, com várias associações e organizações da sociedade civil e militares;



- Várias reuniões com outras associações de militares para realização de iniciativas conjuntas;
- Reuniões com as associações e sindicatos das Forças de Segurança para averiguar das possibilidades futuras de iniciativas conjuntas, o que ainda não aconteceu, a não ser com envio mútuo de delegações de militares e/ou das forças de segurança em sinal de solidariedade recíproca;
- Deslocações para reuniões de trabalho com delegações da ANS por todo o país;
- Reunião em Madrid com uma delegação da AUME e da AP, no âmbito do FMMA.

Destaca-se ainda da actividade associativa realizada neste período:

- Eleição dos novos Órgãos Sociais da ANS na eleição mais participada desde a fundação da ANS;
- Comemoração do Dia Nacional do Sargento em 18 cidades do continente e ilhas, envolvendo a participação de cerca de 1000 sargentos;
- Várias demonstrações públicas de protesto, como encontros, concentrações, vigílias e em particular a manifestação de 8 de Novembro em que participaram cerca de 12000 militares e famílias, a maior manifestação de sempre da Família Militar

3. Avanços alcançados e dificuldades

Em linhas gerais este é o resumo do que tem sido a atividade da ANS. Tem sido difícil conjugar a luta e outro tipo de trabalho, uma vez que ainda não se vislumbra o término do combate contra todos os ataques e cortes que nos têm sido dirigidos. Nos últimos anos os Orçamentos de Estado têm sido usados, não para planear e organizar financeira e economicamente o funcionamento do país para o ano seguinte, mas sim para alterar um enorme conjunto de leis, nomeadamente as que se aplicam aos militares, sem nunca consultar as suas associações representativas, colocando constantemente a *batalha na nossa retaguarda* e obrigando-nos a *recuar para cavar a trincheira mais atrás* e assim resistir aos ataques à Condição Militar e às condições sociais das nossas famílias.

Por esse motivo os resultados concretos dessa luta têm-se traduzido no recuo do Governo na aplicação de algumas das medidas evitando assim perdas ainda maiores do que as que vimos assistindo.

O que temos conseguido, isso sim, é a mobilização cada vez maior dos camaradas para a necessidade de lutar. É o que temos feito, sempre dentro do quadro legal em que as associações socioprofissionais de militares portuguesas se movem, numa atitude responsável e institucional que evite os incitamentos mais ou menos



explícitos para iniciativas imponderadas, que alguns defendem para, depois, poderem justificar repressão e punições. E contudo temos de lutar. Pelas condições sociais das nossas famílias, pelo desespero de um número cada vez maior de portugueses que não vê qualquer futuro. Mesmo que isso implique abandonar algum conforto, há que lutar por Portugal e pela defesa da sua Constituição.

Mas a Associação Nacional de Sargentos, apesar do momento difícil que o nosso país atravessa, onde 25% da população activa está desempregada e o desemprego jovem atinge os 40%, um Governo que não considera a assistência social e a educação como responsabilidades do Estado, saberá sempre pautar a sua atividade pela dignidade, pela coragem e pela determinação, de modo a construir um futuro melhor e mais feliz para os Sargentos e para o Povo Português, ao serviço do qual estamos.

ANS, Abril 2013